

EUA ameaçam com restrições

por Paulo Sotero
de Washington

Três meses depois de assumir o poder, em 1985, o presidente José Sarney escreveu uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, pedindo-lhe que não impusesse restrições às exportações de sapatos brasileiros para o mercado norte-americano. Pouco antes, a Comissão de Comércio Internacional (ITC), uma agência autônoma do governo de Washington, havia recomendado à Casa Branca a adoção de barreiras às importações de calçados, atendendo ao pedido de proteção da declinante indústria doméstica.

Em sua carta, o presidente brasileiro argumentava que a indústria brasileira de sapatos detinha a vantagem comparativa na produção deste artigo. Além de efeitos sociais e políticos nefastos para a então nascente democracia brasileira — escreveu Sarney —, o erguimento de barreiras comerciais contra o principal item da pauta de exportações do País para os Estados Unidos afetaria ainda a receita de divisas do País, comprometendo a capacidade do Brasil de continuar a honrar os compromissos de sua dívida externa.

“Se eles não nos deixarem exportar terão, também, que esquecer a dívida.” Esta era a mensagem que empresários e diplomatas brasileiros tinham sempre na ponta da língua, naquela época. Como se sabe, Reagan não aceitou a recomendação da ITC sobre os sapatos, calculando, segundo funcionários norte-americanos, que o governo brasileiro reconheceria, também, a vantagem comparativa dos Estados Uni-

dos na produção de computadores pessoais e flexibilizaria a reserva de mercado. Isso não aconteceu e, em setembro de 1985, o presidente norte-americano ordenou uma ação contra a política brasileira de reserva de mercado de informática. Em fevereiro deste ano, por razões internas, que pouco têm a ver com o protecionismo em outros países, o Brasil suspendeu os pagamentos da dívida de médio e longo prazo.

Agora, está para ocorrer o inverso. No final de dezembro, o governo brasileiro reiniciará os pagamentos de juros da dívida, cumprindo os termos de um acordo que negociou com os bancos para encerrar a moratória. Em janeiro, de acordo com o consenso das pessoas que, dos dois lados, acompanham de perto a desastrosa disputa da informática entre o Brasil e Estados Unidos, a Casa Branca deverá anunciar restrições a exportações brasileiras, sob a forma de US\$ 105 milhões em sobretaxas.

Numa indicação da debilidade da posição brasileira, o argumento vinculando o livre acesso ao mercado norte-americano à capacidade de pagamento da dívida, usado com tanta frequência e veemência no passado recente por empresários, políticos, diplomatas e representantes do mundo acadêmico do País, no passado recente, desapareceu do mapa. O presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, Norberto Ingo Zadrozny, mencionou-o de forma oblíqua, em apenas uma linha do depoimento de dez páginas que fez nas audiências públicas sobre as sanções, realizadas em Washington na semana passada.

“Nós estamos tratando dos dois assuntos separadamente”, disse a este jornal o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira. Aparentemente resignado diante da provável imposição de sanções comerciais contra o País, o embaixador calcula que os esforços para consertar os estragos já feitos nas relações comerciais entre os dois países são trabalho para 1988, enquanto procura, ao mesmo tempo, proteger as boas relações que o governo restabeleceu com o Departamento do Tesouro norte-americano. Moreira classifica essas relações de “constitutivas”.

“Os dois assuntos, dívida e comércio, já são suficientemente complicados, sozinhos, para serem misturados”, disse um membro da delegação brasileira que negocia a dívida em Nova York. “É claro que há uma forte dose de incerteza em tudo o que estamos tentando”, acrescentou, indicando que as consequências políticas, no Brasil, da adoção de sanções comerciais, por Washington, poderá fazer desoarrilhar um eventual acordo com os bancos.

As consequências desse tipo de desdobramento seriam, contudo, dramáticas para o País, indicou ele. Revelando a vulnerabilidade da posição brasileira, o funcionário lembrou que, na hipótese de o Brasil não chegar a um acordo com os credores e voltar à moratória, os bancos passarão a cortar as linhas de crédito comercial, impondo assim mais uma barreira às exportações brasileiras, o que apenas agravará os efeitos das sanções comerciais dos Estados Unidos.